

Arquitetura, participação e educação: a construção de espaços escolares a partir de experiência de Mayumi Watanabe de Souza Lima

Arquitectura, participación y educación: la construcción de espacios escolares a partir de la experiencia de Mayumi Watanabe de Souza Lima

E6_02 La agencia popular a debate: historia, memoria y experiencias

Bárbara Maria Francelin

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design – FAUUSP, Brasil,
barbara.francelin@usp.br

Resumo: O artigo analisa a inserção da comunidade na construção do espaço escolar a partir de experiências desenvolvidas entre 1983 e 1984 pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP). O estudo toma como recorte os processos de construção das Escolas Estaduais de Primeiro Grau do Bairro da Varginha e da Pedreira Reago, coordenados pela arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima. A análise articula a assimilação de práticas de participação na produção estatal de equipamentos escolares e o caráter pedagógico e político do processo construtivo. A pesquisa adota uma abordagem processual baseada na leitura articulada de documentos institucionais e relatos de profissionais, a partir do acervo da arquiteta, disponível na Fundação Perseu Abramo. Ao recuperar essas experiências, o artigo contribui para o debate sobre participação e agência popular na arquitetura escolar e amplia o campo historiográfico da arquitetura no Brasil ao valorizar práticas coletivas e trajetórias femininas historicamente marginalizadas.

Palavras-chave: Mayumi Watanabe de Souza Lima; Espaços escolares; Participação; Construção comunitária; Territorialização.

Resumen: El artículo analiza la inserción de la comunidad en la construcción del espacio escolar a partir de experiencias desarrolladas entre 1983 y 1984 por la Companhia de Construções Escolares del Estado de São Paulo (CONESP). El estudio se centra en los procesos de construcción de las Escuelas Estatales de Primer Grado del “Bairro da Varginha” y de la “EEPG Pedreira Reago”, coordinados por la arquitecta Mayumi Watanabe de Souza Lima. El análisis articula la asimilación de prácticas de participación en la producción estatal de equipamientos escolares y el carácter

pedagógico y político del proceso constructivo. La investigación adopta un enfoque procesual, basado en la lectura articulada de documentos institucionales y testimonios de profesionales, a partir del acervo de la arquitecta, disponible en la Fundación Perseu Abramo. Al recuperar estas experiencias, el artículo contribuye al debate sobre participación y agencia popular en la arquitectura escolar y amplía el campo historiográfico de la arquitectura en Brasil mediante la valorización de prácticas colectivas y trayectorias femeninas históricamente marginadas.

Palabras-clave: *Mayumi Watanabe de Souza Lima; Espacios escolares; Participación; Construcción comunitaria; Territorialización.*

Introdução

A produção do espaço urbano no Brasil é atravessada por tensões entre distintas lógicas de ação, notadamente aquelas associadas ao Estado, ao mercado e às práticas cotidianas das camadas populares (Lefebvre, 2006; Maricato, 2000). Em contextos periféricos, essas tensões assumem contornos específicos, uma vez que a reprodução da vida se dá sob estruturas de desigualdade e acesso limitado a direitos básicos. Diante de tais circunstâncias, o espaço não se configura como suporte neutro, mas como campo de disputas no qual se produzem e se reconfiguram formas institucionais, usos sociais e identidades coletivas. (Frago; Escolano, 2001).

No processo de urbanização brasileiro, as camadas populares historicamente enfrentaram condições desiguais de acesso à cidade, expressas no custo adicional de tempo, energia e recursos para garantir direitos como moradia, transporte, saúde e educação (Kowarick, 1983 apud Lima, 1989c, p. 5). No início da década de 1980, em meio à transição democrática, esse cenário se articulou à intensificação das mobilizações populares em torno da infraestrutura, dos serviços públicos e dos equipamentos coletivos, configurando um campo ampliado de reivindicações e negociações com o Estado¹, entendido aqui como espaço atravessado por disputas e contradições (Lima, 1989c). A escola pública explicita de modo particularmente nítido essa ambiguidade. Se, por um lado, é produto de políticas centralizadas e de padrões técnicos institucionais, por outro, sua inserção em áreas periféricas ocorre em territórios marcados pela autoconstrução e por redes comunitárias, tornando o edifício escolar um ponto de condensação de tensões entre planejamento estatal e apropriação social (Lima, 1989a).

É nesse campo que se insere a atuação da arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima na Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP)². Mesmo inserida em um órgão responsável pela produção massiva e padronizada de edifícios escolares, sua prática promoveu deslocamentos nos modos tradicionais de concepção, construção e uso da arquitetura escolar. Isso ocorreu ao tensionar procedimentos institucionais por meio da incorporação de moradores e crianças no processo construtivo e da valorização das práticas cotidianas de uso do espaço.

Entre 1983 e 1984, destacam-se as experiências da Escola Estadual de Primeiro Grau (EEPG) do Bairro da Varginha, na zona sul de São Paulo, e da EEPG Pedreira Reago, no Jardim Fortaleza, em Guarulhos. Ambas envolveram formas de participação comunitária no gerenciamento da obra e na apropriação dos espaços escolares. Argumenta-se que esses processos se desenvolvem nas brechas da produção estatal e compreendem a escola, simultaneamente, como equipamento

¹ Sobre esse contexto, ver Kowarick (1983) e Maricato (2000).

² Foi Superintendente de Planejamento da CONESP entre 1976 e 1978 e, posteriormente, entre 1983 e 1984.

territorial, espaço público e suporte de uma memória coletiva, construída por práticas que tensionam as fronteiras entre Estado, comunidade e produção do espaço (Frago; Escolano, 2001).

A relevância da pesquisa reside também no fato de a trajetória da arquiteta permanecer pouco explorada na historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil³. Sua produção⁴, marcada por práticas coletivas e institucionais, contribui para tensionar narrativas consagradas na disciplina, ampliando o campo historiográfico a partir da valorização de experiências participativas e de trajetórias femininas historicamente marginalizadas

Este artigo investiga a participação popular e a relação entre espaços educativos e processos político-pedagógicos no interior da produção pública de equipamentos escolares, tomando como contexto a atuação da CONESP. Ao deslocar a análise para as brechas existentes no funcionamento desse órgão, busca-se compreender de que maneira práticas comunitárias e formas de autogestão puderam constituir-se no âmbito de uma política pública estatal.

Entre arquivos e memórias

A pesquisa fundamenta-se na articulação entre diferentes conjuntos documentais, tendo como eixo o acervo de Mayumi Watanabe de Souza Lima⁵, complementado por relatos de profissionais contemporâneos à sua atuação na CONESP. O conjunto, composto por relatórios técnicos, registros fotográficos, diapositivas e entrevistas, permite recompor a estrutura organizativa, os processos institucionais, as estratégias de mediação e as negociações que atravessaram a produção das escolas analisadas.

Como aponta Rozestraten (2019, p. 218), a conformação do espaço ocorre na lacuna e na tensão “entre o que se percebe e o que se deseja, entre o que se tem e o que se almeja, entre o que se vive hoje e o que se projeta”. A partir desse pressuposto, a pesquisa assume a memória como dimensão constitutiva do processo e adota uma análise associativa e cartográfica, operada pela leitura articulada de documentos institucionais e registros diversos, compreendidos como vestígios de intencionalidades, silêncios e disputas inscritas na burocracia estatal. Por meio da fricção de materiais heterogêneos e fragmentários, constrói-se um mapa relacional⁶ vinculando práticas projetuais, instâncias institucionais e saberes coletivos, capaz de evidenciar tanto os limites quanto as brechas que viabilizaram tais iniciativas.

³ Concentram-se, sobretudo, em Sousa (2007), Buitoni (2009), Silva (2020) e Paschoal (2024).

⁴ A atuação de Mayumi articula atividades técnicas de planejamento, pesquisa e docência, com ênfase em projetos e reflexões voltados à infância e à educação, desenvolvidos em diálogo com educadores, gestores públicos, comunidades escolares e crianças. Nesse campo, destacam-se as publicações “Espaços Educativos” (1988) e “A Cidade e a Criança” (1989), nas quais a arquiteta sistematiza parte significativa de suas pesquisas.

⁵ O Fundo MSL encontra-se disponível no Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda na Fundação Perseu Abramo (FPA) em São Paulo, no âmbito do “Projeto Memória & História”.

⁶ Inspirada em práticas que trabalham com associação, justaposição e confronto de imagens, como o *Atlas Mnemosyne* de Aby Warburg (1928, 1929), essa abordagem busca evidenciar conexões entre agentes e contextos sem reduzi-los a uma linearidade causal.



Figura 01: Composição de diapositivas realizada pela pesquisadora, com fotos de escolas públicas encontradas no acervo. Fonte: Fundo MSL

Produção estatal do espaço escolar

A expansão da rede pública de ensino no estado de São Paulo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, esteve associada à consolidação de uma política estatal voltada à produção massiva de edifícios escolares. Essa orientação respondeu, de forma emergencial, à lacuna na oferta educacional proporcionada pelo crescimento populacional, à urbanização acelerada e à universalização do ensino. O processo foi conduzido por estratégias baseadas na padronização dos projetos, na racionalização construtiva e na maximização da execução com recursos limitados (Geiger, 2020).

Criada em 1974 em substituição ao Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE)⁷, a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP) consolidou-se como o principal órgão responsável pela entrega de equipamentos de ensino no estado. A Companhia operava segundo uma lógica empresarial de gestão dos recursos públicos, apoiada na contratação de escritórios privados, na dependência de grandes construtoras e na adoção de modelos arquitetônicos replicáveis (Lima, 1989a). A elaboração de normas, padrões e especificações técnicas visava simplificar sistemas construtivos e abreviar as etapas de projeto, orçamento e obra. Embora eficazes na rápida expansão da rede, essas ações expressavam uma concepção técnico-normativa da arquitetura escolar, que restringia a flexibilidade dos projetos e sua adequação às especificidades locais (Geiger, 2020).

Essa lógica de produção massiva esteve diretamente associada à implantação de unidades em áreas periféricas, frequentemente marcadas por ocupações recentes e precariedade de infraestrutura urbana (Lima, 1995). No entanto, ao responder a essas demandas por meio de soluções padronizadas, a CONESP concebia os edifícios como objetos técnicos relativamente autônomos em relação aos territórios em que se inseriam. O território⁸ era, assim, tratado

⁷ Entre o final da década de 1950 e o início da de 1960, diante do déficit de atendimento e da precariedade dos edifícios escolares, consolidou-se um modelo de fomento pautado pela ampliação quantitativa, em detrimento da qualificação dos espaços educativos (Geiger, 2020).

⁸ Entende-se aqui o território como unidade indissociável entre materialidade e dinâmica social, conforme formulação de Santos (1996), o que impede a análise do edifício escolar isoladamente de seu contexto territorial e sociopolítico.

predominantemente como suporte físico para a implantação do edifício, e não como dimensão constitutiva do projeto arquitetônico, limitando a incorporação das dinâmicas sociais, culturais e espaciais locais (Lima, 1989a).

Essa desconexão era reforçada pela própria estrutura interna da CONESP, marcada pela fragmentação entre planejamento, projeto e manutenção, distribuídos em superintendências distintas. Como observa Lima (1989a, p. 67), tratava-se de um quadro de segmentação racional das funções, que institucionalizava a separação entre concepção e execução. A crítica da arquiteta incidia, assim, para além da padronização da forma arquitetônica, alcançando a própria organização do trabalho e recolocando o processo de produção como dimensão central de análise

Esse debate inscreve-se no contexto mais amplo da redemocratização brasileira, marcado por intensas transformações políticas e sociais e pela ampliação das mobilizações populares em torno do acesso a direitos básicos. Ainda que as lutas organizadas tivessem na habitação um de seus eixos centrais⁹, suas reivindicações explicitavam demandas mais amplas relacionadas à participação popular, à democratização do espaço urbano e à garantia de direitos básicos, entre eles, a educação. Para a arquiteta, as transformações necessárias não partiriam dos grupos burocráticos nem dos setores dirigentes do aparelho estatal, mas da articulação entre moradores organizados e técnicos comprometidos com as lutas populares (Lima, 1989a).

Em 1983, a CONESP implementou o “Plano de Emergência/83”, visando a construção de aproximadamente 1.500 salas de aula para reduzir o déficit de vagas na rede estadual (Geiger, 2020). Priorizando o atendimento às periferias, a Companhia adotou padrões construtivos simplificados e programas arquitetônicos reduzidos. Essa estratégia viabilizou o uso de mão de obra não especializada por meio de um sistema convencional de blocos de vedação e estrutura de cobertura em madeira, em oposição às construções mais complexas conduzidas pela instituição naquele momento (CONESP, 1984a).

No mesmo ano, teve início, na Superintendência de Planejamento, um programa de trabalho conduzido por Mayumi, voltado ao acompanhamento e assessoramento de grupos de bairro na gestão dos recursos materiais e financeiros destinados à construção de suas próprias escolas. O programa buscava oferecer uma estrutura organizacional para a execução das obras e responder ao contexto de desemprego então existente, tendo como objetivos a geração local de empregos, a redução de custos com a eliminação do lucro das empreiteiras e a produção de escolas mais alinhadas às condições culturais e ambientais dos territórios, associadas à melhoria da qualidade construtiva decorrente do envolvimento direto dos trabalhadores, cujos filhos seriam os principais usuários das escolas (CONESP, s.d.a).

Apesar do contato com diversos grupos, a experiência foi limitada pela restrição na disponibilidade de técnicos¹⁰ e, como ressalta a própria arquiteta, “(...) pela cautela necessária, dada a ausência de experiências coletivas anteriores nesse tipo de prática” (Lima, 1989a, p. 107).

⁹ Na gestão Franco Montoro (1983–1987), o Programa Municipal de Habitação (PMH) introduziu o mutirão, embora sem atingir a autogestão plena reivindicada pelos movimentos quanto à elaboração de projetos e gestão de recursos (Royer, 2002; Barros, 2019).

¹⁰ As equipes técnicas que acompanharam o processo eram compostas por arquitetos das Superintendências de Planejamento e Projetos, engenheiros da Superintendência de Manutenção e profissionais da área social (CONESP, s.d.b).

Foram selecionados quatro movimentos de associações de bairro ¹¹ que reivindicavam a construção de escolas em suas regiões para a realização de uma experiência piloto.

As escolas construídas foram a EEPG do Bairro da Varginha, na zona sul de São Paulo; a EEPG Pedreira Reago, no Jardim Fortaleza, no município de Guarulhos; a EEPG do Bairro da Divinéia, em São Bernardo do Campo; e a EEPG do Jardim Ikeda, no município de Suzano. Realizadas entre 1983 e 1984, apenas as duas primeiras foram concluídas conforme as práticas aqui analisadas, concentrando também a maior parte da documentação disponível no acervo. Essa condição fundamenta a delimitação do objeto desta pesquisa, sem desconsiderar, contudo, a relevância das demais como parte da força coletiva de um processo mais amplo.

Deslocamentos na prática projetual

A proposta buscava transformar a produção escolar em um processo amplo e contínuo que, segundo Mayumi, deveria se iniciar a partir da própria decisão de inclusão da obra nos planos institucionais, passar pela apreensão e reflexão conjunta sobre as condições específicas em que essa população estava inserida e alcançar a ocupação, utilização e transformação do espaço gerado (CONESP, s.d.a).

A aproximação com as comunidades ocorreu por meio de associações de bairro ¹² que reivindicavam a implantação de escolas em áreas periféricas. Nessas localidades, associações de moradores e lideranças locais vinham mobilizando a demanda por esse equipamento como resposta à precariedade urbana e à ausência de serviços públicos básicos. A escola pública emergia, assim, como pauta central, capaz de articular diferentes reivindicações e condensar expectativas coletivas em torno de um equipamento em territórios historicamente negligenciados

O processo teve início com visitas técnicas aos terrenos ¹³ e reuniões conjuntas entre arquitetos, moradores e lideranças locais. Mais do que levantamentos topográficos, essas atividades envolviam a leitura coletiva do território: percursos pelo bairro e relatos do cotidiano que incorporavam as carências de infraestrutura e as expectativas de uso do novo equipamento (CONESP, s.d.b).

A partir desse contato, formou-se uma equipe composta por membros das associações e comunidades eclesiais, que passou a assumir a administração dos recursos repassados pela CONESP, a compra de materiais e a contratação de mão de obra local, prioritariamente entre moradores desempregados ¹⁴.

¹¹ As atas dos acordos firmados entre a Companhia e as associações de bairro encontram-se no Fundo MSL - Fundação Perseu Abramo (FPA).

¹² Conforme indicam os relatórios técnicos e os relatos orais de participantes colhidos durante a pesquisa.

¹³ As visitas técnicas conjuntas e os percursos pelo bairro são descritos em relatórios técnicos encontrados no Fundo MSL - Fundação Perseu Abramo (FPA).

¹⁴ São detalhadas nos relatórios técnicos encontrados no Fundo MSL - Fundação Perseu Abramo (FPA).

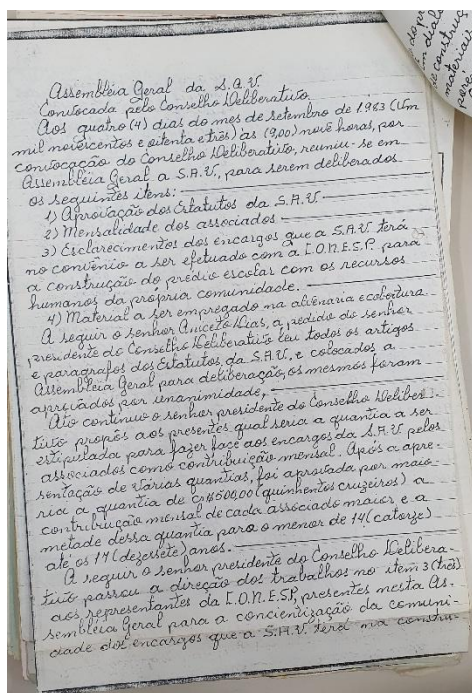


Figura 02: Página da ata da Assembleia geral da "Sociedade Amigos da Varginha". Fonte: Fundo MSL.

O papel da equipe técnica da CONESP, nesse contexto, deslocava-se da função de controle estrito para uma atuação de assessoramento e mediação. Arquitetos e engenheiros mantinham a responsabilidade legal e técnica, mas sua presença¹⁵ no canteiro visava orientar os grupos de trabalho e solucionar problemas de forma compartilhada. Embora operasse nos limites institucionais da Companhia (que definia prazos e padrões), a estratégia incentivava a auto-organização comunitária, permitindo que as sociedades de bairro gerissem integralmente os recursos e a execução.



Figura 03: Reunião entre moradores e técnicos no galpão de obras da EEPG Bairro da Varginha. Fonte: Fundo MSL.

Ao longo de um ano, estabeleceu-se uma dinâmica de interação que contribuiu para atenuar as hierarquias burocráticas, possibilitando a experimentação de novos desdobramentos em contraste com os modelos massificados então vigentes. Como relatou uma das técnicas participantes da experiência no Jardim Fortaleza, a intenção era provocar um movimento mais amplo, no qual a

¹⁵ Segundo relato de uma técnica envolvida no processo de construção, colhido em São Paulo (26/09/2024), os encontros entre a CONESP e a população local aconteciam aos finais de semana, visando garantir a ampla participação dos moradores

construção da escola funcionasse como um “embrião” para a conquista de outras demandas, como postos de saúde e transporte público, incentivando os moradores a, em suas palavras, “fazer e acontecer”.

Bairro da Varginha e Jardim Fortaleza

Implantada em área periférica da zona sul da cidade de São Paulo, próxima à Represa Billings, a EEPPG Bairro da Varginha¹⁶ inseriu-se em um território marcado pela precariedade urbana e pela carência de equipamentos públicos (CONESP, s.d.a). A viabilização da obra esteve diretamente associada à atuação da Sociedade Amigos da Varginha, cujos moradores se reuniam regularmente para discutir não apenas o programa da escola, mas também o próprio processo construtivo. Esses encontros incorporaram reivindicações mais amplas, relacionadas à pavimentação, ao transporte coletivo e ao acesso a serviços básicos, evidenciando a articulação entre o projeto escolar e as demandas urbanas do entorno (CONESP, 1984a).

Situada no Jardim Fortaleza, nos limites do município de Guarulhos, a EEPPG Pedreira Reago inseria-se em um loteamento em áreas de encosta e carente de infraestrutura. As áreas institucionais originalmente reservadas mostraram-se impraticáveis, o que colocou em risco a própria realização da obra (CONESP, s.d.b). Nesse contexto, a participação comunitária antecedeu a própria elaboração do projeto arquitetônico. Diante da ameaça de cancelamento da construção por inexistência de terrenos adequados disponibilizados pela prefeitura, a comunidade organizou-se para viabilizar a desapropriação de outro lote. Essa mobilização resultou também em conquistas relacionadas ao transporte coletivo, ao abastecimento de água, à telefonia pública e às condições viárias, consolidando a escola como catalisadora de reivindicações urbanas mais amplas (CONESP, 1984a)

Tais iniciativas conduzem à constituição de um processo coletivo, no qual o canteiro de obras assume um caráter político e relacional, funcionando como espaço de encontro, aprendizagem e apropriação antes mesmo da conclusão do edifício. A sobreposição entre projeto, execução e uso evidencia que a produção do espaço se constrói no próprio “fazer” e na produção de vínculos cotidianos com o lugar (Lefebvre, 2001), manifestando menos uma participação institucionalizada e mais práticas cotidianas de reapropriação de dispositivos instituídos, nos termos de De Certeau (2004), capazes de produzir deslocamentos no interior de estruturas de poder consolidadas e de ressignificar o edifício escolar para além das intenções projetuais originais.

Canteiro, pertencimento e práticas educativas¹⁷

O canteiro de obras não era concebido como espaço técnico a ser isolado, mas como território pedagógico e político, no qual a presença de moradores e crianças integrava o próprio processo construtivo. Paralelamente à construção, a equipe da CONESP desenvolveu atividades

¹⁶ A escola funcionava inicialmente em duas salas improvisadas na garagem de uma residência, localizada a cerca de 9 km do terreno onde seria construída a nova unidade. Atendia, em dois períodos, turmas da 1ª à 4ª séries do 1º grau e não contava com transporte público. As crianças que não frequentavam essa escola percorriam a pé distâncias entre 5 e 12 km até outras unidades da região (CONESP, 1984a)

¹⁷ Retomam-se algumas pesquisas desenvolvidas em processos anteriores na EEPPG João Kopke. Sobre essas atividades, ver Buitoni (2009) e Herling (2001).

pedagógicas¹⁸ com as crianças do bairro, por meio do desenho, pintura, colagem, exibição de filmes e registros fotográficos do entorno. O objetivo era fazê-las “repensar os espaços por elas ocupados, como e por que eles são organizados, e como é possível alterá-los” (CONESP, s.d.3, n.p.). A pintura do barracão de obras, proposta como uma das primeiras atividades, exemplifica essa abordagem ao envolver as crianças em uma ação concreta, contribuindo para o reconhecimento simbólico da escola a ser construída.

Essas práticas deslocaram o projeto de um instrumento puramente técnico para um dispositivo de reflexão coletiva, conectando-o à experiência vivida. Como observou um morador: “Vocês pensam que estão apenas brincando com as crianças, mas isso é muito importante, pois, com isso, elas vão sentir que a escola é delas” (Inaldo, depoimento, CONESP, s.d.b). O pertencimento, assim, não decorre da posse formal do lugar, mas da participação em seu fazer cotidiano.



Figura 04: Crianças na obra da escola EEPG Bairro da Varginha. Fonte: Fundo MSL.



Figura 05: Atividades na EEPG Pedreira Reago. Fonte: Fundo MSL.

A exibição de filmes sobre diferentes formas de organização coletiva, a exemplo de sociedades de insetos, aldeias africanas e comunidades do Oriente Médio, reforçou essa dimensão pedagógica, estimulando reflexões sobre espaço, coletividade e transformação (CONESP, s.d.a). Os depoimentos infantis registrados indicam a permanência dessas experiências na memória, evidenciando a força do envolvimento precoce com o erguer do edifício.

Essas atividades desdobraram-se em dois momentos: inicialmente, durante a execução das unidades e, anos mais tarde, quando as escolas já estavam em pleno funcionamento, no âmbito de uma consultoria ao Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE/MEC).

¹⁸ As atividades pedagógicas desenvolvidas com as crianças durante a construção das escolas são registradas em relatórios e fotos produzidas no período encontradas Fundo MSL - Fundação Perseu Abramo (FPA).

Os registros desse segundo período indicam a continuidade das propostas, agora voltadas ao reconhecimento e ao uso cotidiano dos espaços construídos, o que reafirma a dimensão processual da relação entre projeto, obra e uso.

A reflexão de Mayumi expressa uma crítica às formas tradicionais de conceber e produzir espaços educativos e à atuação do Estado. Em contraposição, as pesquisas desenvolvidas pela arquiteta articulam arquitetura e educação como dimensões inseparáveis na criação de espaços voltados para a liberdade (Freire, 1967). Para a arquiteta, a educação extrapola os limites formais da escola e pode se constituir em qualquer território apropriado coletivamente:

Qualquer espaço pode se tornar educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, atribuindo-lhe conteúdo positivo, retirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o em instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes (CONESP, 1983, p. 3).

A escola é compreendida, assim, não apenas como lugar físico, mas como espaço atravessado por práticas, usos e significados, nos quais a configuração arquitetônica influencia e é influenciada pelos processos educacionais e culturais (Lima, 1989a).

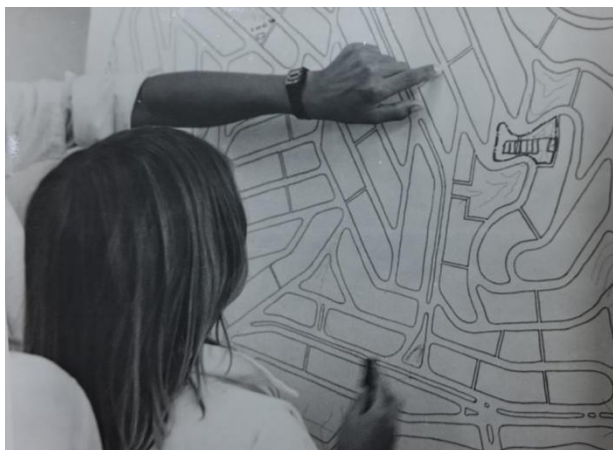


Figura 06: Ação de leitura do mapa da EEPG Pedreira Reago. Fonte: Fundo MSL.

Nessa perspectiva, a participação não se limita a mecanismos formais institucionalizados, mas se constrói como prática relacional cotidiana, produzida no convívio, na cooperação e no compartilhamento de decisões e responsabilidades. Participar, do latim *participare*, significa tanto tomar parte em algo quanto comunicar ou informar, sentidos que ajudam a compreender a densidade social dos processos observados.

Tal concepção aparece de forma condensada no relato de S. Otávio, registrado à época: “Participação que eu entendo eu acho que deve ser um tipo de uma sociedade, né, uma amizade que a pessoa tem com a gente...” (CONESP, s.d.a, n.p.). Essa fala materializa a noção de participação que atravessa as experiências analisadas: não como transferência de tarefas ou prática pontual, mas como construção compartilhada de vínculos, espaços e sentidos no processo de produção da escola.

Tensões e limites

As iniciativas analisadas emergem no interior das estruturas institucionais, em um campo de forças marcado por assimetrias de poder, negociações contínuas e conflitos latentes. Produzidas

nas interseções entre demandas comunitárias, mediações técnicas e restrições estatais, revelam um Estado não homogêneo, atravessado por disputas internas, divergências de orientação e brechas operacionais, nas quais se tornam possíveis deslocamentos no modo de produzir o espaço escolar. Os relatórios técnicos indicam que a implementação desses processos enfrentou desafios significativos, exigindo negociações constantes, com conflitos tanto no interior das lideranças comunitárias quanto na relação destas com as equipes técnicas, que, por sua vez, encontraram dificuldades de comunicação direta com uma população ainda marcada por expectativas paternalistas em relação ao Estado. Paralelamente, a Companhia enfrentava barreiras políticas e burocráticas internas, além de divergências de postura entre membros da própria equipe técnica (CONESP, 1986).

Os documentos indicam que, após a definição do programa arquitetônico em reuniões entre moradores e a equipe da CONESP, a elaboração dos projetos foi condicionada por diretrizes internas que impuseram as tipologias do “Plano de Emergência/83” (CONESP, s.d.a). Em ambos os casos, adotou-se o “projeto padrão de quatro salas”, composto por salas de aula, sanitários, cozinha, galpão e administração. No Bairro da Varginha, entretanto, esse modelo foi tensionado pela inclusão de um espaço destinado à assistência social e à saúde, aberto à comunidade, evidenciando a incidência de demandas locais no interior de uma estrutura marcada pela rigidez normativa.

Embora condicionados por programas funcionais, normas técnicas, limites orçamentários e prazos exíguos estabelecidos pela CONESP, os projetos não se apresentaram como desenhos estáticos, foram continuamente tensionados pelas dinâmicas do canteiro e pelas condições do lugar, mantendo margens de abertura para ajustes ao longo do processo construtivo. Essas experiências evidenciam as dificuldades de produzir edifícios escolares efetivamente vinculados às especificidades locais, uma vez que a organização dos órgãos públicos envolvidos oferecia poucas brechas para uma incorporação mais substantiva da realidade dos territórios, restringindo o campo das decisões compartilhadas (CONESP, s.d.a).

Os registros documentais indicam que, apesar da adoção dos padrões, algumas adaptações foram incorporadas durante a obra, como a substituição de blocos de concreto por cerâmicos e a instalação de forro e assoalho de madeira. A definição dos materiais revelou-se relativamente mais flexível, buscando “adequar a obra às características climáticas e à tipologia construtiva da região” (CONESP, s.d.a).



Figura 07: Obra da EEPG Bairro da Varginha. Fonte: Fundo MSL.

Outro obstáculo apontado nos relatórios refere-se às desigualdades internas aos próprios grupos comunitários, em especial ao não envolvimento das mulheres nos processos decisórios. Inserida em um contexto social fortemente patriarcal, essa exclusão foi agravada pelo fato de muitas

mulheres não exercerem trabalho formal fora de casa, o que restringia sua presença nos trâmites vinculados à obra (CONESP, s.d.a).

No início do processo, a atuação da equipe técnica foi recebida com desconfiança pela comunidade, que interpretava sua presença como portadora de “segundas intenções” ligadas a interesses eleitorais, revelando a fragilidade das relações entre Estado e população e a necessidade de constante mediação. Paradoxalmente, à medida que a Companhia se consolidava como referência no atendimento às demandas locais, passou a ser percebida como uma instância onipotente, à qual se atribuía a responsabilidade por resolver problemas alheios à obra escolar (CONESP, s.d.a). Essa concentração de expectativas evidencia a ausência histórica do Estado no território, tensionada por demandas que extrapolavam o escopo institucional da Companhia.

No âmbito do canteiro de obras, a participação dos trabalhadores e moradores foi atravessada por limites estruturais associados às hierarquias técnicas e às formas de gestão adotadas. A não adoção de instrumentos de transparência e planejamento compartilhado, como o cronograma físico-financeiro, diminuiu a compreensão coletiva do processo construtivo, inclusive em relação à verba disponível e às etapas a serem cumpridas, e relativizou as possibilidades de envolvimento consciente nos diferentes momentos da obra (CONESP, s.d.a).

Esse quadro evidencia como a mediação técnica, embora fundamental para a viabilização das experiências, delimitou os alcances da participação. Cabe destacar que:

Embora isso tenha acontecido internamente à obra, é importante ressaltar que o trabalho desenvolvido entre a equipe da CONESP (arquitetos e sociólogos), e a comunidade, foi sempre no sentido de criar e reforçar esse processo de conscientização e participação nas decisões, embora a própria estrutura da Secretaria da Educação e da CONESP fossem obstáculos a isso (CONESP, s.d.a, n.p.).

Considerações finais

As iniciativas analisadas tensionam a lógica setorializada e normativa da produção estatal de unidades escolares ao deslocarem o foco da aplicação mecânica de diretrizes para práticas construídas por meio de negociações contínuas entre o saber técnico, as vivências locais e os procedimentos institucionais. Ao privilegiar os processos de construção em detrimento do edifício como objeto acabado, a análise evidencia as possibilidades e os limites da participação popular no âmbito da configuração estatal do espaço escolar.

Inseridas em uma estrutura institucional orientada pela produção massiva e pela racionalização construtiva, essas experiências configuram um modelo alternativo ao consolidado. Operam por meio de brechas no interior do Estado, possibilitando ações não previstas nos procedimentos oficiais.

Nesse contexto, o canteiro de obras, ao ser aberto à participação cotidiana de moradores, trabalhadores, crianças e técnicos, constituiu-se como espaço de aprendizado, disputa e apropriação coletiva, reforçando a compreensão da escola como equipamento territorial e espaço público. Esse processo estimulou a articulação de lutas por outros serviços urbanos e, como sintetizam os documentos da época, exigiu “uma reeducação em função do pensar coletivo; enfim, um exercício de democracia” (CONESP, s.d.b).

Os limites enfrentados, como conflitos de poder, barreiras burocráticas e descontinuidades institucionais, evidenciam a fragilidade de práticas que tensionam a lógica estrutural do Estado

(CONESP, 1986). Ainda assim, as escolas da Varginha e do Jardim Fortaleza permanecem como exemplos de resistência, revelando que é possível gerar deslocamentos no interior da execução estatal ao transformar o canteiro de obras em um território de aprendizado e construção coletiva.

Ao recuperar essas trajetórias, o artigo contribui para o debate sobre agência popular e participação na arquitetura escolar e amplia o campo historiográfico da arquitetura no Brasil ao dar visibilidade a práticas coletivas e a trajetórias femininas historicamente marginalizadas. Mais do que modelos replicáveis, operam como referências críticas para pensar outras formas de conceber o espaço escolar no interior das políticas públicas.

Referências

BARROS, Mariana Cicuto. **Experiências de assessorias técnicas em programas habitacionais: o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2019.

BUITONI, Cássia Schroeder. **Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CONESP. **Relatório sobre a EEPG Pedreira Reago e a EEPG Varginha**. São Paulo: CONESP, s.d.a.

_____. **Soluções alternativas para a rede física – autoconstrução no Bairro da Varginha**. São Paulo: CONESP, s.d.b.

_____. **Jardim Fortaleza: uma experiência de autoconstrução**. CONESP, São Paulo, Novembro, 1986.

_____. **EEPG Bairro da Varginha – Relatório de avaliação sobre a sua execução**. Companhia de Construções Escolares: Conesp, São Paulo, Setembro, 1984a.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRAGO, Antonio Vinão; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GEIGER, Mirela. **Arquitetura escolar pública paulista: Companhia de Construções Escolares: Conesp | 1976-1987**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

HERLING, Tereza Beatriz Ribeiro. A construção da escola para a liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 128–142, 2021.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza; LIMA, Sergio Souza (coord.). **Arquitetura e educação**. São Paulo: Nobel, 1995.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza (coord.). **Espaços educativos – uso e construção**. Brasília: MEC/CEDATE, 1988.



LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989a.

_____. Quem constrói a escola? Participação popular e escola pública: movimentos populares, associações de pais e mestres, conselhos de escola e grêmios estudantis. **Cadernos do CEDI**, São Paulo, n. 19, p. 55-57, 1989b.

_____. **Estado e movimentos populares na construção do prédio escolar**: confronto ou colaboração? (1984–88). Memorial de Qualificação (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989c.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 3ª ed. 192 p.

NASCIMENTO, Andréa Zemp Santana do. **A criança e o arquiteto**: quem aprende com quem? Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PASCHOAL, Lígia Gimenes. **Arquitetura da educação**: uma análise das escolas municipais de ensino infantil de Mayumi Watanabe de Souza Lima. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.

ROYER, Luciana. **Política habitacional no Estado de São Paulo**: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano no Estado de São Paulo – CDHU. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

ROZESTRATEN, Artur Simões. **Representações**: imaginário e tecnologia. São Paulo: Annablume, 2019.

SILVA, Ugo Breyton. **Política, participação e industrialização da construção**: teoria e prática de Mayumi Watanabe de Souza Lima (1984-1992). Trabalho de Conclusão de Curso – Escola da Cidade. São Paulo, 2020.

SOUSA, Adriana Ferreira. **Arquitetura, projeto participativo e educação infantil na produção de Mayumi Watanabe de Souza Lima**. Relatório final de iniciação científica – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

WARBURG, Aby. “O problema está no meio” [1918]. In: WARBURG, Aby. **A renovação da Antiguidade pagã**: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.